

ELEKTRO REDES S.A.

CNPJ nº 02.328.280/0001-97 | CVM nº 17485 | Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

DESTAQUES (R\$ MM) 4T25	4T25		4T24		Δ %		2025		2024		Δ %	
	Valor	Variação	Valor	Variação	Valor	Variação	Valor	Variação	Valor	Variação	Valor	Variação
Margem Bruta	900	794	13%	3.482	3.158	10%						
EBITDA	707	593	19%	2.717	2.412	13%						
EBITDA Caixa	654	487	34%	2.420	2.135	13%						
Resultado Financeiro	(265)	(205)	29%	(989)	(699)	41%						
Lucro Líquido	222	195	14%	958	915	5%						

INDICADORES OPERACIONAIS											
Energia Injetada total (GWh) (SIN + Sistema Isolado + GD)	5.810	5.762	0,8%	22.784	22.472	1,4%					
Energia Distribuída Total (GWh) (Cativa + Livre + GD)	5.306	5.347	(0,8%)	20.977	20.829	0,7%					
Número de Clientes (mil)	3.027	2.979	1,6%								
DEC anualizado (horas)	6,15	6,45	(0,05)								
FEC anualizado (interrupções)	3,39	3,49	(0,03)								
Perdas de Distribuição (%)	6,41%	6,77%	(0,37p.p.)								

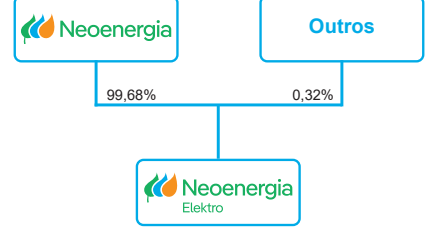
Indicadores Financeiros de Dívida¹			
Dívida Líquida²/EBITDA³	2,88	2,60	0,28
Rating Corporativo (S&P)	AAA	AAA	

Os indicadores financeiros não são utilizados para cálculo de covenants.
 ¹ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários.
 ² EBITDA 12 meses.
Destques Financeiros e Operacionais:
 • Energia injetada total, incluindo GD, de 5.810 GWh no 4T25 (+0,8% vs. 4T24) e de 22.784 GWh em 2025 (+1,4% vs. 2024).
 • EBITDA de R\$ 707 milhões no trimestre (+19% vs. 4T24) e de R\$ 2.717 milhões no ano (+13% vs. 2024). EBITDA Caixa (ex-VNR) de R\$ 654 milhões no 4T25 (+34% vs. 4T24) e de R\$ 2.420 milhões em 2025 (+13% vs. 2024).
 • R\$ 1.058 milhões de Capex em 2025, maior parte dedicada à expansão da rede.
 • Perdas 12 meses de 6,41% no 4T25, enquadrada no limite regulatório de 8,07%.
 • DEC de 6,15h (abaixo do regulatório de 7,66h) e FEC de 3,39x (abaixo do regulatório de 5,62x).
 • Recomendação da Aneel ao Ministério de Minas e Energia para renovação da concessão por mais 30 anos.

MENSAGEM DO PRESIDENTE
 Em 2025, consolidamos nossa trajetória de evolução. Fomos reconhecidos pela ABRADEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica) como a melhor distribuidora do setor nas categorias Gestão da Inovação, Gestão da Qualidade, Gestão Operacional e Melhor Distribuidora da região Sudeste. Estes reconhecimentos colocam a Neoenergia Elektro entre as melhores distribuidoras do Brasil, mostrando a evolução consistente de nossos processos operacionais e a qualidade de seus profissionais.
 Profissionais que além de seu conhecimento destacado, mostram todos os dias seu sentimento de dono e seu orgulho de pertencer, elegendo a Neoenergia Elektro como a Melhor Empresa para se trabalhar em 2025, no interior de São Paulo, pelo segundo ano consecutivo, segundo ao GPTW (Great Place to Work).
 A força deste time impulsionou os resultados operacionais mais uma vez de forma expressiva, gerando um EBITDA de R\$2.717 milhões, um crescimento de 13% em relação ao ano de 2024, e lucro líquido de R\$958 milhões, superando o ano anterior.
 Os investimentos em 2025 foram de R\$1.058 milhões, um dos maiores da nossa história, garantindo a expansão e manutenção dos nossos sistemas elétricos. Foram realizadas 133 mil novas ligações, que levaram a nossa empresa a superar o número de 3 milhões de clientes, distribuídos em 228 municípios em nossa área de concessão, sendo 223 municípios no Estado de São Paulo e outros 5 no Estado do Mato Grosso do Sul.
 A busca constante pela eficiência se mostrou mais uma vez, nosso ponto forte, recuperando 51,7 GWh de energia em perdas, valor suficiente para garantir o consumo de 21,5 mil residências durante 1 ano, colocando a Neoenergia Elektro como referência no setor, com índices de perdas de 6,41%.
 Mais uma vez, as mudanças climáticas que trouxeram eventos extremos para a região sudeste nos anos de 2023 e 2024, se repetiram em 2025, exigindo muito de todos nossos colaboradores, que se desdobraram para atender as necessidades de nossos clientes. Ainda assim, em 2025, nos superamos e concluímos o ano com os melhores indicadores de qualidade de fornecimento de nossa história, mesmo em situações tão adversas, o indicador de continuidade de energia DEC atingiu o valor de 6,15 horas, melhorando em 5% (em 2024 o valor foi de 6,45 horas), e o indicador de frequência FEC atingiu o valor de 3,39 vezes, melhorando em 3% em relação ao ano anterior.
 Entre as principais iniciativas da MP 1.300/2025, destaca-se a criação do Programa Luz do Povo, que ampliou a Tarifa Social de Energia Elétrica ao estabelecer a gratuidade da conta de luz. A MP nº 1.304/2025, tratou de temas estratégicos como a abertura do mercado de energia, o armazenamento e os cortes de energia, conhecidos como curtailment.
 A implementação do novo marco regulatório, contudo, depende da edição de normas infralegais, cujo avanço é esperado ao longo de 2026.
 Em paralelo, o Projeto de Lei (PL) 2987/2015, teve aprovação do texto substitutivo do relator, que trouxe aspectos suprimidos da MP 1.300/2025, bem como outros temas, como armazenamento de energia e indenização por interrupções.
 A Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE é um benefício oferecido para as famílias de baixa renda em que são concedidos descontos na tarifa aplicável a esses consumidores. Originalmente, o desconto variava conforme a faixa de consumo mensal (até 220 kWh). A Lei nº 15.235/2025 redefiniu a forma de aplicação desses descontos, determinando:
 • um único critério para a aplicação do desconto, 100% para as famílias com consumo inferior a 80 kWh/mês; e
 • em até 36 meses de publicação da Lei (nov/29) para os demais consumidores.
 A medida veio acompanhada de outras definições, dentre as quais destaca-se a criação do Supridor de Última Instância, figura responsável por atender os consumidores varejistas que se encontram temporariamente sem fornecedor no mercado livre.
 Outra definição foi o compartilhamento dos efeitos financeiros da sobrecontratação ou da exposição involuntária das distribuidoras decorrentes da migração de consumidores ao mercado livre entre todos os consumidores regulados e livres, mediante encargo tarifário.
 3.2. Prorrogação das Concessões das Distribuidoras
 Em 20/06/24 foi publicado o Decreto 12.068/24 apresentando os critérios para avaliação da prorrogação das concessões e as diretrizes que devem constar no termo aditivo contratual. Em 16 de outubro de 2024 a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 27/2024 referente ao aprimoramento da minuta de termo aditivo ao contrato de concessão, cujo resultado foi o modelo do termo aditivo ao contrato de concessão de distribuição, que foi aprovado em 25 de fevereiro de 2025. Em 25/11/25 foi publicado o Despacho nº 3.427/2025 onde a ANEEL recomendou ao Ministério de Minas e Energia a prorrogação do Contrato de Concessão de Distribuição nº 187/98-ANEEL, considerando que a Neoenergia Elektro cumpriu os critérios relativos à eficiência da continuidade do fornecimento e da gestão econômico financeira e comprovou a regularidade fiscal, trabalhista e setorial e de qualificações jurídica, econômico-financeira e técnica, atendendo as condicionantes estabelecidas no Decreto nº 12.068/2024.
 3.3. Processo de Atualização Tarifária
 Em 10/08/2025, a Aneel aprovou o Reajuste Tarifário da Neoenergia Elektro. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 27 de agosto, com efeito médio de 11,88%, sendo 11,62% para a baixa tensão e 12,39% para clientes da alta e média tensão.
 A Parcela A teve valor fixo em R\$ 7,266 milhões, apresentando variação no período de 12,83%, impactada principalmente pelo aumento de 28,26% nos encargos setoriais. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 252,83/MWh. A Parcela B atingiu R\$ 3.107 milhões, com variação no período de 1,30% em relação à verificada nos últimos 12 meses, reflexo da inflação acumulada (IGP-M), de 2,96%, deduzida do Fator X, de 1,67%.
 3.4. Taxa Regulatória de Remuneração de Capital - WACC
 Em 27/03/2025 foi divulgado o Despacho ANEEL nº 882/2025, que atualizou os valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital para os segmentos de Distribuição, Transmissão e Geração, a serem aplicadas aos processos de revisão tarifária a partir de 1º de março de 2025 a 28 de fevereiro de 2026. Posteriormente, em 30 de abril de 2025, a ANEEL publicou uma retificação do despacho 882/2025 com alterações nas taxas de remuneração. A taxa final real antes dos impostos foi de 12,17% para distribuição e de 11,95% para a Geração e Transmissão. A taxa real depois dos impostos ficou em 8,03% para as distribuidoras e 7,89% para as geradoras e transmissoras.

1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGrama SOCIETÁRIO

A Neoenergia Elektro, com sede no município de Campinas, em São Paulo, é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica que atende 228 municípios, sendo 223 em São Paulo e 5 no Mato Grosso do Sul.
 1.1. Estrutura Societária
 Em 31 de dezembro de 2025, a estrutura societária da Neoenergia Elektro era a seguinte:



2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

O ano de 2025 foi marcado por tensões geopolíticas no cenário global, contribuindo para um ambiente de maior risco. Nos Estados Unidos, a economia manteve crescimento moderado, com inflação dentro das bandas da meta e mercado de trabalho aquecido, sustentando um PIB resiliente. O Federal Reserve (FED) adotou postura cautelosa, mantendo juros elevados durante boa parte do ano antes de promover alguns cortes no segundo semestre. A taxa de juros americana encerrou 2025 em 3,75%.
 No Brasil, a inflação apresentou trajetória de desaceleração, encerrando 2025 com alta de 4,23%, dentro das bandas da meta do Banco Central. A atividade econômica permaneceu aquecida, reforçada pela taxa de desemprego em patamar historicamente baixo, e pela projeção de crescimento do PIB em 2,3% no ano. Apesar desse desempenho, a deterioração do quadro fiscal segue como fonte de preocupação quanto à sustentabilidade das contas públicas. Em resposta às pressões inflacionárias e ao ambiente externo desafiador, a política monetária manteve postura restritiva, com a taxa Selic encerrando o período em 15% ao ano.
 Apesar das tensões geopolíticas e da volatilidade nos mercados globais, o enfraquecimento do dólar, que recuou 11% frente ao real, favoreceu a migração de fluxos para economias emergentes, incluindo o Brasil. Esse movimento impulsionou a retomada do investidor internacional na Bolsa brasileira, que registrou entrada líquida de aproximadamente R\$27 bilhões em 2025, contribuindo para a forte valorização do Ibovespa, que encerrou o ano com alta de 34%.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

3.1. Modernização Setorial
 Em 2025, foram publicadas as Medidas Provisórias nos 1.300 e 1.304, convertidas nas Leis nos 15.235 e 15.269, que trataram de diversos itens de modernização setorial, com reflexos transversais em todos os negócios da Neoenergia.
 Entre as principais iniciativas da MP 1.300/2025, destaca-se a criação do Programa Luz do Povo, que ampliou a Tarifa Social de Energia Elétrica ao estabelecer a gratuidade da conta de luz. A MP nº 1.304/2025, tratou de temas estratégicos como a abertura do mercado de energia, o armazenamento e os cortes de energia, conhecidos como curtailment.
 A implementação do novo marco regulatório, contudo, depende da edição de normas infralegais, cujo avanço é esperado ao longo de 2026.
 Em paralelo, o Projeto de Lei (PL) 2987/2015, teve aprovação do texto substitutivo do relator, que trouxe aspectos suprimidos da MP 1.300/2025, bem como outros temas, como armazenamento de energia e indenização por interrupções.
 3.1.1. Programas sociais de acesso à energia elétrica para população de baixa renda
 A Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE é um benefício oferecido para as famílias de baixa renda em que são concedidos descontos na tarifa aplicável a esses consumidores. Originalmente, o desconto variava conforme a faixa de consumo mensal (até 220 kWh). A Lei nº 15.235/2025 redefiniu a forma de aplicação desses descontos, determinando:
 • um único critério para a aplicação do desconto, 100% para as famílias com consumo inferior a 80 kWh/mês; e
 • em até 36 meses de publicação da Lei (nov/29) para os demais consumidores.
 A medida veio acompanhada de outras definições, dentre as quais destaca-se a criação do Supridor de Última Instância, figura responsável por atender os consumidores varejistas que se encontram temporariamente sem fornecedor no mercado livre.
 Outra definição foi o compartilhamento dos efeitos financeiros da sobrecontratação ou da exposição involuntária das distribuidoras decorrentes da migração de consumidores ao mercado livre entre todos os consumidores regulados e livres, mediante encargo tarifário.
 3.2. Prorrogação das Concessões das Distribuidoras
 Em 20/06/24 foi publicado o Decreto 12.068/24 apresentando os critérios para avaliação da prorrogação das concessões e as diretrizes que devem constar no termo aditivo contratual. Em 16 de outubro de 2024 a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 27/2024 referente ao aprimoramento da minuta de termo aditivo ao contrato de concessão, cujo resultado foi o modelo do termo aditivo ao contrato de concessão de distribuição, que foi aprovado em 25 de fevereiro de 2025. Em 25/11/25 foi publicado o Despacho nº 3.427/2025 onde a ANEEL recomendou ao Ministério de Minas e Energia a prorrogação do Contrato de Concessão de Distribuição nº 187/98-ANEEL, considerando que a Neoenergia Elektro cumpriu os critérios relativos à eficiência da continuidade do fornecimento e da gestão econômico financeira e comprovou a regularidade fiscal, trabalhista e setorial e de qualificações jurídica, econômico-financeira e técnica, atendendo as condicionantes estabelecidas no Decreto nº 12.068/2024.
 3.3. Processo de Atualização Tarifária
 Em 10/08/2025, a Aneel aprovou o Reajuste Tarifário da Neoenergia Elektro. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 27 de agosto, com efeito médio de 11,88%, sendo 11,62% para a baixa tensão e 12,39% para clientes da alta e média tensão.
 A Parcela A teve valor fixo em R\$ 7,266 milhões, apresentando variação no período de 12,83%, impactada principalmente pelo aumento de 28,26% nos encargos setoriais. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 252,83/MWh. A Parcela B atingiu R\$ 3.107 milhões, com variação no período de 1,30% em relação à verificada nos últimos 12 meses, reflexo da inflação acumulada (IGP-M), de 2,96%, deduzida do Fator X, de 1,67%.
 3.4. Taxa Regulatória de Remuneração de Capital - WACC
 Em 27/03/2025 foi divulgado o Despacho ANEEL nº 882/2025, que atualizou os valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital para os segmentos de Distribuição, Transmissão e Geração, a serem aplicadas aos processos de revisão tarifária a partir de 1º de março de 2025 a 28 de fevereiro de 2026. Posteriormente, em 30 de abril de 2025, a ANEEL publicou uma retificação do despacho 882/2025 com alterações nas taxas de remuneração. A taxa final real antes dos impostos foi de 12,17% para distribuição e de 11,95% para a Geração e Transmissão. A taxa real depois dos impostos ficou em 8,03% para as distribuidoras e 7,89% para as geradoras e transmissoras.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. Número de Consumidores
 A Companhia encerrou o 4T25 com 3.027 mil consumidores, incremento de 48 mil novos consumidores em relação ao 4T24 (+1,6%).

Número de Consumidores (milhares)	2025		2024		Dif.		2025 x 2024	
	Valor	Variação	Valor	Variação	Valor	Variação	Valor	Variação
Residencial	2.636	2.589	87,1%	86,9%	47	1,8%		
Industrial	19	19	0,6%	0,6%	-	-		
Comercial	212	211	7,0%	7,1%	1	0,5%		
Rural	125	126	4,1%	4,2%	(1)	(0,8%)		
Outros	34	34	4,1%	4,1%	-	-		
Total	3.027	2.979	100%	100%	48	1,6%		

4.2. Evolução do Mercado
 A energia distribuída total (cativo + livre + GD) foi de 5.306 GWh no 4T25 (-0,8% vs. 4T24) e de 20.977 GWh em 2025 (+0,7% vs. 2024). Vale destacar que a Neoenergia Elektro teve seu mercado de referência ajustado na revisão tarifária de 2023, de modo a compensar as migrações para geração distribuída. Os valores de energia distribuída por tipo de cliente e mercado são apresentados nas tabelas abaixo:

Energia Distribuída (GWh)	4T25/4T24		Participação no Total %		2025 x 2024	
	Valor	Variação	Valor	Variação	Valor	Variação
Residencial	1.349	1.388	(40)	(2,8%)	59,2%	55,2%
Industrial	103	146	(43)	(29,5%)	4,5%	5,8%
Comercial	371	471	(100)	(21,3%)	16,3%	18,7%
Rural	186	205	(19)	(9,4%)	8,2%	8,1%
Outros	269	306	(37)	(12,0%)	11,8%	12,2%
 Mercado Cativo	2.277	2.516	(239)	(9,5%)	43%	47%
 Industrial	2.002	1.983	19	1,0%	75,4%	77,8%
 Comercial	371	313	58	18,6%	14,0%	12,3%
 Rural	75	69	6	8,6%	2,8%	2,7%
 Outros	205	183	22	11,9%	7,7%	7,2%
 Mercado Livre	2.654	2.549	105	4,1%	50%	48%
 Residencial	160	136	23	17,3%	42,7%	48,2%
 Industrial	19	16	2	13,4%	5,1%	5,7%
 Comercial	139	112	27	24,3%	37,1%	39,7%
 Rural	50	13	37	274,9%	13,3%	4,6%
 Outros	8	4	4	85,3%	2,1%	1,4%
 Energia de compensação GD	375	282	93	33,1%	7%	5%
 Residencial	1.508	1.524	(16)	(1,1%)	28,4%	28,5%
 Industrial	2.123	2.145	(22)	(1,0%)	40,0%	40,1%
 Comercial	881	896	(15)	(1,7%)	16,6%	16,8%
 Rural	311	288	24	8,2%	5,9%	5,4%
 Outros	482	494	(11)	(2,3%)	9,1%	9,2%
 Total Energia Distribuída (cativo + livre + GD)	5.306	5.347	(40)	(0,8%)	100%	100%

O consumo residencial apresentou queda de 1,1% no 4T25 vs. 4T24, em razão das menores temperaturas no período. Em 2025, este segmento registrou incremento de 1,4% vs. 2024, refletindo o aumento da base de clientes e o menor volume de chuvas, que compensaram as menores temperaturas. O consumo da classe industrial apresentou decréscimo de 1,0% no 4T25 vs. 4T24, principalmente pelo baixo desempenho dos setores de alimentos e bebidas e de químicos. Já em 2025 houve um crescimento de 0,6% vs. 2024, principalmente pelo melhor desempenho do setor de embalagem. Já a classe comercial apresentou redução de 1,7% no 4T25 vs. 4T24, influenciada por temperaturas mais amenas, e crescimento de 0,9% em 2025 vs. 2024. A classe rural registrou crescimento de 8,2% no 4T25 vs. 4T24 devido a maior demanda por irrigação, dado o menor volume de chuvas no período. No ano, essa classe apresentou queda de 3,3% vs. 2024.
 No 4T25 o consumo das outras classes (serviço público, poder público, iluminação pública e uso próprio) apresentou redução de 2,3% vs. 4T24. Já em 2025 houve um incremento de 1,3% vs. 2024, com destaque para o maior consumo do Serviço Público.
4.3. Balanço Energético
 A energia injetada total, incluindo GD, atingiu o patamar de 5.810 GWh no 4T25 (+0,8% vs. 4T24) e de 22.784 GWh em 2025 (+1,4% vs. 2024), por maior base de consumidores e menor volume de chuvas.

BALANÇO ENERGÉTICO (GWh)	4T25		4T24		4T25 x 4T24		2025		2024		2025 x 2024	
	Valor	Variação	Valor	Variação	Valor	Variação	Valor	Variação	Valor	Variação	Valor	Variação
Mercado Cativo	2.277	2.516	(239)	(9,5%)	9.358	10.343	(985)	(9,5%)				
Mercado Livre + Suprimento	2.654	2.549	105	4,1%	10.312	9.546	766	8,0%				
Energia Distribuída (A)¹	4.931	5.065	(134)	(2,6%)	19.669	19.889	(220)	(1,1%)				
Energia Perdida (B)	303	375	(73)	(19,2%)	1.314	1.503	(189)	(12,6%)				
Não Futurado (C)	48	(27)	75	N/A	33	(58)	91	N/A				
SIN + Sistema Isolado (D) = (A) + (B) + (C)	5.282	5.414	(132)	(2,4%)	21.016	21.334	(318)	(1,5%)				
Energia Injetada pela GD (E)	528	348	180	51,7%	1.768	1.138	630	55,4%				
ENERGIA INJETADA TOTAL (F) = (D) + (E)	5.810	5.762	48	0,8%	22.784	22.472	312	1,4%				

NOTA: ¹ Energia Distribuída não considera energia de compensação GD.
 4.4. Perdas
 As perdas de energia são acompanhadas através do índice percentual que calcula a razão entre a energia injetada e a energia fornecida/faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresentamos abaixo a evolução do indicador e a comparação com a cobertura tarifária.

Perdas (%)	Perdas Totais 12 meses (GW)														
	Perda Técnica			Perda Não Técnica			Perda Total			Aneel 25					
	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25
5,95%	5,95%	5,94%	5,98%	6,05%	6,03%	1,21%	0,42%	0,31%	0,36%	6,77%	7,16%	6,37%	6,29%	6,41%	8,07%

ELEKTRO REDES S.A.

6. INVESTIMENTOS

Em 2025, a Neoenergia Elektro realizou Capex de R\$ 1.058 milhões, principalmente alocados em projetos de expansão de rede, conforme tabela abaixo:

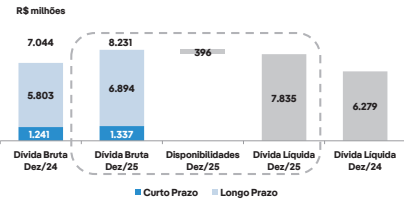
INVESTIMENTOS REALIZADOS (valores em R\$ MM)	Neoenergia Elektro		
	2025	2024	Δ %
Expansão de Rede	687	627	10%
Novas Ligações	484	397	22%
Novas SE's e RD's	203	229	(11%)
Renovação de Ativos	176	187	(6%)
Melhoria da Rede	91	114	(21%)
Perdas e Inadimplência	10	11	(16%)
Outros	179	120	49%
Movimentação Material (Estoque x Obra)	41	5	N/A
(=) Investimento Bruto	1.182	1.065	11%
SUBVENÇÕES	(84)	(42)	99%
(=) Investimento Líquido	1.099	1.023	7%
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(41)	(5)	N/A
(=) CAPEX	1.058	1.018	4%
Base de Anuidade Regulatória	179	120	49%
Base de Remuneração Regulatória	963	940	2%

Os investimentos realizados foram aderentes ao necessário para o período, refletindo a política da Companhia para garantir a expansão da rede com a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

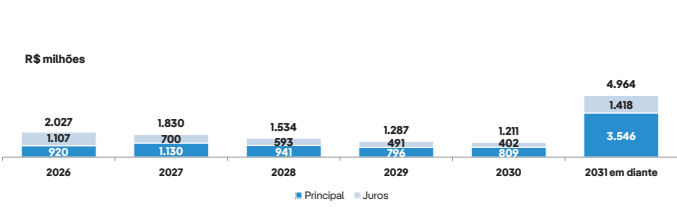
7.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2025, a dívida líquida da Neoenergia Elektro, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 7.835 milhões (dívida bruta de R\$ 8.231 milhões), apresentando um crescimento de 25% (R\$ 1.556 milhões) em relação a dezembro de 2024. Em relação a segregação do saldo devedor, 84% da dívida está contabilizada no longo prazo e 16% no curto prazo.



7.2. Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas forward de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2025.



8. RATING

Em 25 de novembro de 2025, a Standard & Poor's – S&P reaffirmou o rating da Neoenergia e suas distribuidoras em 'BB' na Escala Global e 'brAAA' na Escala Nacional Brasil, limitadas ao rating soberano.

9. OUTROS TEMAS

9.1. Clientes Baixa Renda

Resolução ANEEL nº 1.000/2021 define o conceito de consumidores de baixa renda, caracterizada por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, subsidiadas por um benefício criado pelo Governo Federal e regulamentado pela Lei nº 12.212/2010 e pelo Decreto nº 7.583.

Número de Consumidores (milhares)	4T25		4T24		4T25 x 4T24	
					Dif.	%
Convencional	2.413	2.327	86	3,7%		
Baixa Renda	223	262	(39)	(14,9%)		
Total	2.636	2.589	47	1,8%		

9.2. Práticas de Gestão

9.2.1. Remuneração de Acionistas

A Neoenergia Elektro possui definido em seu Estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, conforme Política de Distribuição de Dividendos, disponível no site da Companhia (https://www.neoenergia.com/politicas-governanca-corporativa).

9.2.2. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplicam a todas as empresas do Grupo, permitindo o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas. Sua estrutura societária e de governança, assim como os processos de controle, estão baseados em uma estrutura descentralizada. O Sistema de Governança e Sustentabilidade da Neoenergia Elektro reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações da Companhia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do estatuto social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Companhia. Em 2025, a Companhia deliberou os seguintes provectos: (i) Dividendos de R\$ 175.651 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 11/04/2025 e pagos em 28/05/2025; (ii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 25.895 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 27/03/2025 e pagos em 28/05/2025; (iii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 29.994 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 27/06/2025 e pagos em 12/11/2025; (iv) Dividendos Intermediários de R\$ 483.934 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 18/07/2025 e pagos em 19/12/2025; (v) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 28.673 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 29/09/2025 e pagos em 12/11/2025; (vi) Dividendos Intermediários de R\$ 167.000 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 24/10/2025 e pagos em 12/11/2025; (vii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 26.714 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 19/12/2025 e com previsão de pagamento até 31/12/2026.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2025 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026.

9.2.3. Gestão de Pessoas

A Neoenergia adota uma Política de Respeito dos Direitos Humanos e uma Política de Gestão Sustentável do Capital Humano e Prevenção do Assédio que orientam suas práticas para prevenir o assédio, promover um ambiente profissional diverso, inclusivo, respeitoso e livre de discriminação. Além de atrair, selecionar, gerir, promover e reter os melhores talentos, fomentar o desenvolvimento e a capacitação contínua das pessoas. Também incentivamos e reconhecemos o mérito e o desempenho com equidade, valorização do capital intelectual e promoção do equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, impulsionando o desenvolvimento, a criatividade, a produtividade e a melhoria das experiências das pessoas. Em 2025, além dos programas direcionados a talentos e sucessores, continuamos investindo na formação de 100% de nossos líderes e colaboradores, focando no fortalecimento da nossa Cultura e da Centralidade no Cliente, competência estratégica e prioritária para a Neoenergia. Seguimos realizando formações para reciclagem de competências e atualizações obrigatórias para todos os níveis.

Sobre o tema diversidade, em 2025, promovemos diversas ações com o público interno, destacando-se: Cartilha Informativa sobre Assédio no Ambiente de Trabalho; como parte dos nossos processos de compliance, a cartilha foi divulgada nos canais internos de comunicação, treinamentos e eventos com objetivo de ajudar a identificar, prevenir e combater o assédio; Conteúdos de diversidade e inclusão: foram mais de 7 mil participações nos eventos de diversidade e inclusão, que incluíram antirracismo, violência contra a mulher, orgulho LGBT, luta da pessoa com deficiência e outros; Vilarejos Juntos: rodas de conversa conduzidas por colaboradores para pequenos grupos. Os encontros são um ambiente seguro de acolhimento. LGBTFobia no ambiente de trabalho, maternidade, paternidade, autoestima e pessoas negras, segurança psicológica de pessoas LGBT, são alguns dos temas tratados;

Potencializa: segunda edição do programa de desenvolvimento exclusivo para pessoas negras, desta vez com 58 participantes; Compromissos públicos: estabelecemos parceria com o Fracasso para apoiar a inclusão de pessoas com deficiência; Programa de acolhimento de colaboradoras em situação de violência contra a mulher: iniciativa oferece suporte como acompanhamento jurídico, psicológico, financeiro além de outras medidas; Letramento racial e outras diversidades: Trilha de formação para os times de RH e Marketing contribuindo para o posicionamento estratégico e sustentável da empresa com os públicos internos e externos. Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mantivemos a Escola de Eletricistas, que é uma iniciativa que visa criar oportunidades de capacitação profissional gratuita e apoiar a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras da Companhia, com foco na participação de mulheres, buscando a equidade de gênero no setor, uma vez que mais de 80% dos formados são contratados pela Neoenergia.

A Escola é reconhecida como exemplo global de um dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs) pelo WeEmpower, programa da ONU Mulheres, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), pela União Europeia por estimular boas práticas das empresas, foi citada no fórum econômico mundial por possuir prática inovadora que impulsiona o ESG globalmente e foi selecionada pela universidade de Harvard para ser estudado o impacto desse projeto na sociedade e na operação. Finalizamos o ano com as mulheres ocupando mais de 11% do nosso quadro de eletricistas, confirmando nossa crença na igualdade de gênero e nosso compromisso em alcançar mais de 12% até 2030.

Em 2025, a Neoenergia alcançou marcos relevantes em suas iniciativas de voluntariado, refletindo seu compromisso contínuo com a responsabilidade social e os ODS. No ano, foram registradas 4.983 participações, superando as projeções mapeadas na nossa meta ESG de voluntariado, que prevê 3.700 participações em 2025 e 4.700 em 2030.

Algumas ações de 2025 que foram destaques: Inspire Meninas a Sonhar: Colaboradoras engenheiras ou mulheres formadas em profissões de exatas, receberam em áreas de 213 meninas em idade escolar para conhecer o dia a dia dessas mulheres, rotina, os temas abordados para que elas vejam que é possível atuar em áreas de exatas; Operação Quilo: Recolheu 44,6 toneladas de alimentos em 2025, distribuídas a 132 instituições filantrópicas, beneficiando 12.386 pessoas; Campanha de doação de roupas: Arrecadou 24.281 mil peças, beneficiando 10.046 mil pessoas; Campanha da Solidariedade: Arrecadou 54.360 mil itens de higiene pessoal, beneficiando 10.046 mil pessoas; Semana Internacional de Voluntariado: Iniciativa global promovida pela berdrola, registrou 6.122 mil horas de voluntariado no Brasil e 33.086 beneficiados. As ações incluíram mutirão de doações de sangue, esporte solidário, momento cultural com idosos e educação para crianças, entre outros.

Árvore da Solidariedade: Tradicional ação natalina realizada em seis estados, beneficiando 2.198 crianças, jovens e idosos em 2025. Como compromisso com a equidade, detalhamos a quantidade e proporção de mulheres entre nossos colaboradores e órgãos da Administração ao final de 2025, além da remuneração segregada por gênero:

Nº Colaboradores	Mulheres	Homens	Total	% Mulheres
Liderança	102	195	297	34,3%
Não Liderança	677	2.977	3.654	18,5%
Total	779	3.172	3.951	19,7%

Órgão da Administração	Mulheres	Homens	Total	% Mulheres
Diretoria	1	3	4	25,0%
Conselho de Administração - Efetivos	1	5	6	16,7%
Conselho de Administração - Suplentes	0	1	1	0,0%
Conselho Fiscal - Efetivos	0	4	4	0,0%
Conselho Fiscal - Suplentes	1	4	5	20,0%

Remuneração média anual (R\$)¹	Mulheres	Homens
Liderança	349.553	396.679
Não Liderança	75.557	79.976

¹ Considera média anual de remuneração fixa e variável. Não são considerados eletricitistas.

10. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

10.1. ESG

As vésperas da COP30, a Neoenergia lançou o projeto da construção da Usina Solar Noronha Verde, um investimento de R\$ 350 milhões que permitirá a descarbonização da matriz elétrica de Fernando de Noronha. O projeto inclui mais de 30 mil painéis solares e um sistema de baterias de grande capacidade para reduzir a dependência de combustíveis fósseis. No mesmo evento, a empresa entregou a primeira usina solar flutuante do arquipélago, instalada no Açude do Xaréu, que vai atender 30% do consumo da ilha e evitar 717 toneladas de CO₂ por ano, e reforçando o compromisso da Neoenergia com a aceleração da transição energética e com a adoção de tecnologias de baixo carbono em territórios de alta relevância ambiental.

Durante a COP30, a Neoenergia teve suas metas de redução de emissões validadas pelo SBTI, assumindo compromisso de zerar emissões líquidas até 2039. O reconhecimento reforça o protagonismo da empresa na transição energética e contribui para indicadores vinculados ao financiamento da IFC. As metas aprovadas incluem fortes reduções nos Escopos 1, 2 e 3 - com cortes de até 90% nas emissões indicadas até 2039 - alinhando a Companhia ao Acordo de Paris e à ciência climática.

Outro destaque durante a COP 30, foi a iniciativa da berdrola e Neoenergia, que levou jovens do PeriferiaConnect e Observatório das Baixadas ao evento para discutir oportunidades de emprego na economia verde e como a transição energética pode abrir novas carreiras, além dos desafios para aproveitá-las. A Neoenergia reforça seu compromisso com a transição energética ao integrar a Coalizão do Setor Elétrico, iniciativa que reuniu empresas e associações para propor medidas voltadas à transição energética e à descarbonização, incluindo recomendações para a COP30 sobre manter renovável, redução de emissões e investimentos em infraestrutura. A Neoenergia contribuiu com estudos técnicos, apoio ao relatório coordenado pelo CEBS e PSR, lançado em evento da Companhia, com o apoio de parceiros como a Honda para desenvolver soluções de hidrogênio verde aplicadas à mobilidade no Brasil. A cooperação será baseada no primeiro posto de abastecimento de hidrogênio verde da Neoenergia, em Brasília, projeto de P&D da Aneel com investimento acima de R\$ 30 milhões. O objetivo é acelerar a descarbonização do setor automotivo e avançar rumo a neutralidade de carbono até 2050, meta compartilhada pelas duas empresas.

Por fim, a Companhia também recebeu um empréstimo de 300 milhões de euros da EIB Global para modernizar e expandir a rede da Neoenergia Coelba. Os recursos serão usados para ampliar ligações, automatizar sistemas e levar energia limpa a mais comunidades, especialmente de baixa renda. O acordo foi celebrado durante a COP30 e está alinhado ao Pacto Ecológico UE-Brasil, à estratégia Global Gateway e às metas climáticas do Acordo de Paris. Segundo o BEI e a Neoenergia, o projeto fortalecerá a infraestrutura elétrica do estado e facilitará o acesso seguro e eficiente às energias renováveis. A apuração do resultado das metas de ESG de 2025 serão divulgadas no relatório de sustentabilidade.

10.2. Inovação

A inovação é a principal estratégia para garantir nossos avanços em sustentabilidade, eficiência e competitividade, sendo esse um processo descentralizado e aberto que se integra a todos os nossos Negócios. Esse esforço é potencializado pela diversidade dos nossos colaboradores e garantido pela ambidestria organizacional, que permite o equilíbrio entre atividades rotineiras e iniciativas inovadoras. A partir da estratégia *first to market* (primeiro a chegar ao mercado), exploramos tecnologias emergentes, em consonância com os nossos compromissos de sustentabilidade.

Nossos esforços de inovação estão estruturados em cinco eixos principais:

- **Tecnologias Disruptivas** – Foco no desenvolvimento de novos modelos de negócios e soluções mais eficientes e sustentáveis que otimizem as operações.
- **Novos Produtos e Serviços** – Criação de ofertas personalizadas que atendam às necessidades dos clientes.
- **Digitalização e Automação** – Uso de tecnologias como Internet das Coisas (IoT), inteligência artificial e big data (análise e interpretação de grandes volumes de dados) e machine learning (aprendizado de máquina) para integrar e otimizar processos.
- **Inovação Colaborativa** – Parcerias com startups, universidades e fornecedores para o desenvolvimento de novos modelos de negócios e para impulsionar inovações incrementais e disruptivas.
- **Cultura de Inovação** – Fomento a um ambiente que valoriza talentos e práticas inovadoras.

A governança é gerenciada pela plataforma de inovação Go In, que promove a geração de soluções. Em 2025, a terceira edição do Programa Inovamos resultou em mais de 1.900 ideias, um aumento de 108% em relação a 2024. Em 2025, destinamos R\$ 468,4 milhões em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI, um aumento de 27,5% em relação ao ano anterior. O valor inclui R\$ 168,9 milhões destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e outras regulamentações. Nos últimos três anos, os projetos regulados pela Aneel envolveram mais de 1,2 mil pesquisadores e cerca de 44 parceiros tecnológicos. O detalhamento dos projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação pode ser encontrado em página de PDI (https://www.neoenergia.com/pesquisa-desenvolvimento-inovacao).

10.3. Educação e Cultura

Através do Programa Energizar, seguimos com os cursos focados nos pilares do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): saúde, educação e renda em parceria com a Rede Muda Mundo. No ano, disponibilizamos cursos de saúde física, danças, alfabetização de adultos, reforço escolar, libras, culinária, gastronomia, dentre outros. A novidade em 2025 foi que o programa passou a contar com núcleos de produção nos quais algumas das mulheres formadas nos cursos de renda poderão trabalhar na confecção de seus produtos para venda. Além do espaço, também foi disponibilizado maquinário e capital de giro necessários para iniciar essa produção. Com isso, fortalecemos cada vez mais o empoderamento feminino.

A Neoenergia também atua em diversos projetos com comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, e projetos de educação ambiental nas áreas de atuação de seus negócios de geração, transmissão e distribuição. Um destaque é o Festival Kizomba integrante do Programa Básico Ambiental Quilombola (PBAQ) da Comunidade Quilombola Sumidouro, localizada na área de concessão do Complexo Edício Otis. O festival é uma celebração regional que visa fortalecer a identidade e o patrimônio cultural (música e dança), promovendo a preservação e a continuidade de suas tradições. O festival é patrocinado pela Neoenergia desde 2024 e, desde então, também fortaleceu o relacionamento da comunidade com a Neoenergia. Com o patrocínio, doamos à comunidade sanfonas, instrumentos musicais tradicionais amplamente utilizados nas festividades locais.

Na esfera cultural, as principais iniciativas da companhia foram conduzidas pelo Instituto Neoenergia, como:

- Programa de Editais Transformando Energia em Cultura, se consolidando como um dos maiores editais de cultura do Brasil, por meio da utilização de leis estaduais e federal, abrangendo Rio Grande do Norte, Bahia, São Paulo/Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Distrito Federal, dirigido para iniciativas voltadas à valorização da rica diversidade cultural brasileira.
- 5ª edição do Prêmio Inspirar, que pela primeira vez teve foco exclusivo em lideranças femininas negras. A iniciativa superou os resultados das edições anteriores, alcançando quase 58 mil votos e registrando aumento de 58% nas inscrições. Com sua potência transformadora, o prêmio engajou comunidades e contribuiu para fortalecer vozes que ecoam nos territórios, promovendo impacto social e transformação de realidades. A edição de 2025 foi realizada com recursos da Lei Federal de Incentivo à Cultura.
- Caravana Energia da Cultura que consiste em uma série de encontros presenciais de formação com aplicabilidade prática, com o objetivo de aprimorar técnicas e boas práticas na área da cultura, em Mossoró (RN), Feira de Santana (BA), Brasília (Distrito Federal) e Araras (SP), além de oferecer mentorias online para esses líderes, promovendo o intercâmbio entre gestores socioculturais e a formação de uma rede ativa.
- Conectar Cultural é uma iniciativa realizada por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), a fim de preservar, fortalecer e difundir o patrimônio cultural imaterial do Recôncavo Baiano, contando também com a participação do meio acadêmico.

10.4. Instituto Neoenergia

O Instituto Neoenergia integra o Investimento Social Privado da companhia e promove ações que fomentam a transformação das pessoas e do planeta nas regiões onde a Neoenergia opera seus negócios. Por meio do desenvolvimento de programas e projetos próprios, além do apoio a iniciativas com uso de leis de incentivo, o Instituto contribui com o desenvolvimento sustentável no Brasil, enfrentando desafios relacionados às questões econômicas, sociais e ambientais. O trabalho é desenvolvido com foco na redução das desigualdades e da melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade, assim como no combate às mudanças climáticas e pela conservação da biodiversidade, por meio de cinco pilares: Formação e Pesquisa, Biodiversidade e Mudanças Climáticas, Arte e Cultura, Ação Social e Colaboração Institucional.

2025 representou um período de crescimento significativo para a organização. O Instituto desenvolveu e apoiou 17 programas e projetos sociais de impacto destacados em seu plano de atuação, com recursos próprios e incentivados. Dentre estes, podemos destacar o Transformando Energia em Cultura, Jogando Juntas e o Inêdito Lumina Social, integrados por meio da uma Chamada de Editais bianual. O Instituto apoiou 94 novos projetos realizados com leis de incentivo estaduais e federais e acompanhou 67 iniciativas em execução por meio dos Núcleos de Acompanhamento de Projeto (NAPs) Cultura, Social e Esporte. Houve o crescimento de 46% em investimento em projetos com recursos incentivados em relação a 2024, utilizando dois leis de incentivo. A ampliação do escopo para contemplar as leis sociais federais e as novas leis de esporte estaduais resultou em um incremento relevante na atuação institucional, possibilitando maior alcance em regiões periféricas e fora dos grandes centros urbanos, promovendo a descentralização de recursos e fortalecendo o compromisso com a inclusão social e o desenvolvimento sustentável.

Já com recursos próprios, em 2025 o Pontes para Educação reforçou seu compromisso com a educação pública, alcançando 317 escolas e mais de 78 mil pessoas. Com fóruns, seminários e 375 horas formativas, promoveu práticas inovadoras, protagonismo feminino e interiorização, transformando cada conexão em um propósito compartilhado. Ainda em 2025, o projeto Flywags Brasil, que tem como missão contribuir com a conservação das aves limícolas (que vivem em áreas úmidas, como estuários e lagoas) e seus habitats, na região da Bacia Potiguar/RN, celebrou 10 anos de atuação. Ao longo do ano, foram realizadas 23 ações (workshops, treinamentos e voluntariado), a iniciativa protegeu 8.500 hectares, monitorou 6.056 aves de 18 espécies, incluindo quatro ameaçadas, e adaptou cursos para três habitats principais. Além disso, beneficiou 902 pessoas diretamente, conectando saber técnico e tradicional por meio de cartografia social e educação ambiental. O Observatório das Baixadas consolidou-se como referência na produção de conhecimento e inovação social. Com 16 pesquisas publicadas, quatro tecnologias desenvolvidas e presença ativa na COP30, promoveu autonomia, engajamento comunitário e diálogo técnico, conectando ciência, saber ancestral e justiça climática.

Outro marco do Instituto Neoenergia em 2025, foi a oitava edição do Programa de Iluminação Cultural, contemplando o Museu Histórico Lauro da Escóssia em Mossoró (RN) com a realização da ação de educação patrimonial nas escolas municipais e impactando mais de 240 alunos, além da intervenção cultural no dia da inauguração da nova iluminação, que destaca os elementos arquitetônicos desse importante patrimônio da cidade.

Ao longo de 2025, 37 líderes voluntários da Neoenergia dedicaram um total de 351 horas ao Programa de Atuação Social Impacto ODS. A participação ativa desses líderes demonstra engajamento com iniciativas que promovem impacto positivo na comunidade e alinhamento com a estratégia de sustentabilidade da companhia.

10.5. Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética (PEE) do Grupo Neoenergia tem como foco promover o uso eficiente da energia elétrica conforme determina a legislação específica, em particular a Lei 9.991 de 24 de julho de 2000. O investimento total no PEE em 2025 na Neoenergia Elektro foi de R\$ 23,5 milhões.

Entre as ações que merecem destaque em 2025 estão:

- Projetos com ação em comunidades populares com troca de mais de 35 mil lâmpadas por LED e troca de mais de 500 refrigeradores para consumidores residenciais baixa renda, além da instalação de 6 sistemas solares fotovoltaico totalizando 10,73 kWp em residências de Santa Rita do Passa Quatro/SP;
- Projeto Vale Luz, que troca resíduos sólidos por desconto na conta de energia, sendo recicladas mais de 28,6 toneladas de resíduos com desconto de mais de R\$ 7 mil na conta de energia elétrica de cerca de 600 consumidores a partir da operação de 20 máquinas da Retrom Machine e 2 pontos do Dixaki;
- Projetos Educativos, prioritariamente em escolas públicas, capacitando mais de 2 mil professores e mais de 56 mil alunos da área de concessão da Neoenergia em eventos públicos. Destaque para início de operação de nova unidade móvel;
- Projetos de Eficiência de 34 prédios públicos e assistenciais na área de concessão da distribuidora, a exemplo de unidades da APAE, Santa Casa de Angatuba, unidades do TJ de Ilha Solteira e Pacabaem e Comando Militar do Oeste - Vila Piloto, totalizando mais de 383 lâmpadas externas substituídas e instalação de 23 sistemas solares fotovoltaicos, totalizando 1,2 MWp;
- Projetos de Eficiência de Iluminação Pública em 17 municípios (Anhemi, Bertioja, Cardoso, Ilha Bela, Indaíporá, Itaipirapá Paulista, Macedônia, Mira Estrela, Populina, Ribeira, Ribeirão Grande, Santa Rita D'Oeste, Santa Salete, Santana da Ponte Preta, Sud Mennucci, Três Fronteiras e Urânia) da área de concessão da Neoenergia;
- Projeto de Eficiência de Empresas de Serviços Públicos de Saneamento em 1 unidade do SAE no município de Votuporanga/SP com a substituição de 1 conjunto motor-bomba;
- Projeto Plataforma Consumo Consciente que prevê a instalação de um equipamento no medidor de energia da residência que coleta dados a serem disponibilizados numa plataforma de monitoramento de consumo em tempo real de baixo custo e interações com conteúdo educativo, alertas e orientações sobre consumo consciente. Em 2025, foram instalados 12 medidores em clientes da Neoenergia Elektro.

10.6. Pesquisa e Desenvolvimento

Quatro temas estratégicos norteiam o Programa de PDI da Neoenergia Elektro: Tecnologias Inteligentes, Eficiência Operacional, Segurança e Sustentabilidade, tendo como objetivo viabilizar o desenvolvimento de tecnologias inovadoras que tragam impactos positivos para os negócios, meio ambiente e para os clientes.

Em 2025, foram investidos R\$ 37,44 milhões no Programa de PDI ANEEL Neoenergia Elektro, sendo R\$ 3,98 milhões para projetos de PDI, R\$ 18,55 milhões destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), R\$ 9,26 milhões ao Ministério de Minas e Energia (MME) e R\$ 5,65 milhões destinados à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Seguem alguns destaques do Programa de PDI da Neoenergia Elektro, regulado pela ANEEL, no ano de 2025:

- **Projeto Inteligência**: algoritmo e aplicativo computacional para previsão da evolução da temperatura do ar e da sensação térmica, objetivando projeções mais assertivas do mercado de energia das distribuidoras;
- **Torre de Emergência Móvel** para reposição emergencial de estruturas em 69kV e/ou 138kV (suspensão e/ou ancoragem) e inclui o desenvolvimento de âncoras nacionais removíveis;
- **SPIN**, plataforma com inteligência artificial para auxiliar na tomada de decisão, correlacionando dados da rede elétrica com variáveis climáticas. A solução oferece uma análise criteriosa de vulnerabilidade dinâmica por região, com 8 horas de antecedência (*nowcasting*).

Na vertente de Segurança, o projeto Smart Safety Eye consiste em um sistema com inteligência artificial para a identificação de ações inadequadas pelas equipes de campo.

Na vertente de Sustentabilidade, destaca-se o projeto Corredor Verde, que implementou ampla infraestrutura de recarga de veículos elétricos na região nordeste com 17 estações de recarga instaladas, estabelecendo o primeiro corredor elétrico com 1.200 km de extensão entre Salvador (BA) e Natal (RN). Essa infraestrutura de eletropostos viabilizou a cobrança do serviço de recarga de veículos elétricos, de forma pioneira no Brasil. A infraestrutura do Corredor Verde está em operação desde 2022, sendo amplamente utilizada, registrando mais de 9 mil usuários e 57 mil recargas realizadas. Esse volume de utilização tem gerado receitas para a Neoenergia e consolidado a relevância dessa infraestrutura, que se mantém plenamente operacional e impulsiona a expansão da mobilidade elétrica na região.

Ainda no âmbito do tema Sustentabilidade, destaca-se o projeto Hidrogênio Verde, solução para a produção de hidrogênio verde, combustível de baixíssimo impacto ambiental a partir de energia solar fotovoltaica, destinada ao abastecimento veicular. Em 2025, a planta piloto produziu sua primeira molécula que possibilitou o abastecimento veicular.

11. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS DA NEOENERGIA ELEKTRO

As ações da Neoenergia Elektro são pautadas na busca constante por qualidade e eficiência, cujos resultados são evidenciados a partir das premiações e reconhecimentos conquistados ao longo dos anos.

Prêmio Abrades 2025 - A Neoenergia Elektro ganhou como a melhor concessionária do Sudeste, destacando-se ainda em Qualidade da Gestão, Gestão da Inovação e Gestão Operacional.

Great Place to Work (GPTW) - A Neoenergia Elektro conquistou a primeira posição na categoria Grandes Empresas do Interior de São Paulo do prêmio GPTW, que é conhecido globalmente pela avaliação do nível de satisfação dos empregados.

Experience Awards - Neoenergia Elektro foi certificada na categoria Energia, um reconhecimento 100% baseado na voz do cliente.

A Neoenergia ganhou o prêmio de melhor empresa brasileira em 2025, reconhecida pela Fundação Nacional de Qualidade (FNCQ) - um dos reconhecimentos mais importantes do país em excelência de gestão, além de estimular o desenvolvimento do Brasil.

12. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, a Companhia declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte"), firmado em 01/03/2021, com vigência de 80 meses.

Em 2025, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante de R\$ 770.407,00, dos quais R\$ 657.969,00 referem-se à auditoria das Demonstrações Financeiras (incluindo verbas trimestrais) e R\$ 112.438,00 referem-se a outros serviços relacionados à auditoria, tais como revisão da tradução dos demonstrativos para inglês, auditoria de demonstrações regulatórias e procedimentos previamente acordados sobre relatório controle patrimonial. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

13. BALANÇO SOCIAL

Nosso desempenho em aspectos ambientais, sociais, econômicos e de governança é relatado anualmente desde 2004. Em 2010, passamos a seguir as normas da Global Reporting Initiative (GRI) e, a partir de 2020, incorporamos os padrões do Sustainability Accounting Standards Board (SASB) e as recomendações do Dow Jones Sustainability Index (DJSI). Em 2021, incluímos as diretrizes da Task Force on Climate-Related Financial Disclosure (TCFD), cujas recomendações foram integradas aos padrões do International Sustainability Standards Board (ISSB) em 2023. Essas normas serão obrigatórias no Brasil para empresas de capital aberto para os relatórios referentes ao ano de 2026, em atendimento à Resolução 193 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O Relatório de Sustentabilidade da empresa é divulgado no site da companhia (www.neoenergia.com) e o documento referente ao ano de 2025

ELEKTRO REDES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2025	2024
Recíeita operacional, líquida		9.977	9.328
Custos		(7.208)	(6.826)
Custos com energia elétrica	4	(5.193)	(4.947)
Custos de construção	5	(1.100)	(1.016)
Custos de operação	6	(915)	(863)
Lucro bruto		2.769	2.502
Perdas de créditos esperadas	10.2	(97)	(117)
Despesas com vendas	6	(54)	(60)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	6	(347)	(301)
Lucro operacional		2.271	2.024
Resultado financeiro		(989)	(699)
Receitas financeiras		158	179
Despesas financeiras		(1.144)	(829)
Outros resultados financeiros, líquidos		(33)	(49)
Lucro antes dos tributos		1.282	1.325
Tributos sobre o lucro	8.1.1	(324)	(410)
Corrente		(169)	(299)
Diferido		(155)	(111)
Lucro líquido do exercício		958	915
Lucro básico e diluído por ação – R\$	19.2 (a)	4,70	4,49
Ordinária		5,17	4,94
Preferencial A		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhões de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	958	915
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Obrigações com benefícios a empregados	(1)	51
Hedge de fluxo de caixa	(1)	2
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(2)	(18)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	(-)	35
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	13	(10)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(3)	3
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	(10)	(7)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	8	28
Resultado abrangente do exercício	966	943

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhões de reais)

	Reserva de Outros resultados		Reservas de Lucros		Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
	capital	abrangentes	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2024	952	766	(52)	171	-	176	2.013
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	958	-	958
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(176)	(176)
Outros resultados abrangentes	-	-	8	-	-	-	8
Destinação do lucro líquido:							
Remuneração aos acionistas (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	(958)	196	(762)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	952	766	(44)	171	-	196	2.041

	Reserva de Outros resultados		Reservas de Lucros		Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
	capital	abrangentes	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	952	766	(80)	171	271	919	2.999
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	915	-	915
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(919)	(919)
Outros resultados abrangentes	-	-	28	-	-	-	28
Destinação do lucro líquido:							
Remuneração aos acionistas (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	(271)	176	(101)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	952	766	(52)	171	-	176	2.013

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Elektro Redes S.A. – NEOENERGIA ELEKTRO (Companhia), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Campinas - São Paulo - Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e controlada pela Neoenergia S.A. (NEOENERGIA). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de subtransmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação. A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 229 municípios, dos quais 223 estão localizados no estado de São Paulo, e os outros 5 no estado de Mato Grosso do Sul, abrangendo uma área de concessão de 121 mil km², a qual é regulada pelo contrato de concessão nº 187/98, com vencimento em 2028. Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul, desde 2002. 1.1. **Gestão de riscos:** As Diretrizes e Limites de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração em abril de 2025, compostas pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos Corporativos e pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos de Distribuição de Energia Elétrica, que estabelecem os princípios básicos e o mapa geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposta a Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e Valores da Companhia. O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Governança e de Controles Internos. Esse sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. 1.1.1. **Riscos financeiros e mercado:** As Diretrizes e Limites de Riscos Financeiros se aplicam a todos os negócios que integram a Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins de proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas da Neoenergia e de suas controladas. As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*; • O risco de câmbio e de *commodities* deverão ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divididos com desempenho sujeito a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; e • A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos exóticos ou "alavancados". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da identificação de principais riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de swap e a termo.
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Passivos atuariais, empréstimos e outros instrumentos financeiros com diferentes taxas de juros incluindo mas não se limitando, a SOFR e CDI.	Operações de swap, gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes às projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Receíveis, transações com derivativos, garantias, ativos e passivos de fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas, garantias, acordos de garantia de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das Diretrizes de Riscos Financeiros e de Crédito. **Risco de taxa de câmbio:** A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2025, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais ativos em moeda estrangeira, incluindo estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 21.7. **Risco de taxas de juros e índices de preços:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externo (ex: CDI, TJLP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros da dívida, rendimentos das aplicações financeiras e as receitas tarifárias das concessões que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca mitigar o equívoco entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. A Companhia monitora continuamente as taxas de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas na nota 21.7. **Risco de preço de commodities:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. *Commodities* metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de infraestrutura, resultante no aumento de preço nos contratos de liquidez diária e mantendo estratégias de *hedge* de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia. *Commodities* energéticas – Energia elétrica: os preços das *commodities* energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia elétrica como demanda e oferta, hidrologia, gás, recursos eólicos e solares, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de *commodities* energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor. A gestão do risco de preço de energia é realizada na análise da sobrecontratação de energia das distribuidoras, na cobertura de lastro da energia comercializada e na gestão de preços de liquidez diária e mantendo estratégias de *hedge* de caixa associada à possibilidade, da Companhia não honrar seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. A Companhia gerencia o risco de liquidez alinhando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo estratégias de *hedge* de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (nota 15), além da capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos. Em 31 de dezembro 2025, a Companhia mantém recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em contraste, para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos (nota 15), **Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez. 1.1.2. **Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou não desempenho de contrapartes. **Risco de crédito de contrapartes comerciais:** O risco da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores devidos de suas contrapartes. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites. **Risco de crédito de instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Diretriz de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuem boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhões de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	958	915
Ajustado por:		
Depreciação e amortização (*)	451	393
Baixa de ativos não circulantes	30	45
Tributos sobre o lucro (nota 8.1.1)	324	410
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	989	699
Valor de reposição estimado da concessão (nota 3)	(297)	(277)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(243)	-
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros e operações de desconto de títulos	51	(18)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	2	(2)
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	(513)	219
Outros tributos a recolher e encargos setoriais, líquidos	(47)	(150)
Provisões, líquidos dos depósitos judiciais	(30)	3
Outros ativos e passivos, líquidos	(146)	33
Caixa gerado nas operações	1.529	2.270
Encargos de dividendos pagos (nota 15.2 (c))	(738)	(520)
Instrumentos derivativos pagos, líquidos (nota 15.3 (b))	(82)	(51)
Renda de aplicações financeiras (nota 7)	81	96
Juros pagos - Arrendamentos	(9)	(5)
Tributos sobre o lucro pagos	(16)	(28)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	620	1.582

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Concessão serviço público (Ativo contratual)	(1.147)	(1.041)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(100)	(90)
Resgate de títulos e valores mobiliários	109	93
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(1.138)	(1.038)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	2.000	2.300
Pagamento dos custos de captação (nota 15.2 (c))	(46)	(15)
Amortização de principal dos empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	(1.039)	(914)
Obrigações especiais	6	39
Pagamento de principal - Arrendamentos	61	(14)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos (nota 15.3 (b))	113	121
Remuneração paga aos acionistas (nota 19.2 (b))	(916)	(1.973)
Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamentos	154	(456)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(364)	88
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	745	657
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	381	745

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhões de reais)

	Notas	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	381	745
Contas a receber de clientes e outros	10	2.570	2.256
Títulos e valores mobiliários		15	20
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	25	128
Tributos sobre o lucro a recuperar	8.1.3	74	4
Outros tributos a recuperar	8.2.1	80	63
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	123	-
Outros ativos circulantes		244	178
Total do circulante		3.512	3.394
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	10	45	33
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	46	102
Tributos sobre o lucro a recuperar	8.1.3	21	5
Outros tributos a recuperar	8.2.1	107	88
Depósitos judiciais	16.1 (c)	38	35
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12.1	7.438	6.304
Concessão do serviço público (ativo contratual)	12.2	726	627
Outros ativos não circulantes		41	41
Direito de uso		57	43
Outros passivos não circulantes	13	1.070	1.339
Total do não circulante		9.568	8.617
Total do ativo		13.080	12.011
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros e operações de desconto de títulos	14	863	814
Empréstimos e financiamentos	15.2	1.330	1.362
Outros passivos circulantes		20	14
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	32	7
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	166	152
Tributos sobre o lucro a recolher	8.1.3	54	36
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	281	586
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.2.2	23	41
Dividendos e juros sobre o capital próprio	19.2 (b)	23	18
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	41	36
Outros passivos circulantes	17	326	272
Total do circulante		3.136	3.536
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15.2	6.917	5.905
Passivo de arrendamento		43	36
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	45	33
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.2.2	54	4
Tributos sobre o lucro diferidos	8.1.2	340	182
Ressarcimento a consumidores - Tributos federais	8.3	13	12
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	145	151
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	56	60
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	261	39
Outros passivos não circulantes	17	51	36
Total do não circulante		7.903	6.462
Patrimônio líquido		2.041	2.013
Total do passivo e do patrimônio líquido		13.080	12.011

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhões de reais)

	2025	2024
Receitas		

3.2. Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais:

	2025	2024
CVA e neutralidade		
Energia (1)	276	320
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (2)	(56)	13
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (3)	159	(50)
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST (4)	6	(94)
Neutralidade de encargos setoriais (5)	125	(88)
PROINFA (6)	31	8
541	109	
Componentes financeiros e subsídios		
Repasso de sobrecontratação (7)	(74)	(255)
Risco hidrológico (8)	83	6
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo (9)	(86)	(117)
Diferimento de reajuste (10)	(139)	(65)
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS		
Crédito consumidor reversão para modicidade	7	1
Modicidade Eletrobras (11)	24	(6)
MMGD s/ Perdas Não Técnicas	(6)	6
Outros		
(182)	(437)	
359	(328)	

(1) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a menor entre os custos de energia incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o aumento das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, resultando em um aumento da CVA a receber neste ano, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários da Companhia em 2024 e 2025; (2) CVA passiva, decorrente das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL no processo tarifário da Companhia em 2024 e 2025; (3) CVA ativa, em função dos valores de quotas mensais das Contas de Desenvolvimento Energético - CDE, relativas às competências de janeiro a dezembro de 2025, a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição, resultando em um efeito a receber na tarifa; (4) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, em função da REH nº 3.482/2025, com vigência a partir de 1º de julho de 2025 até 30 de junho de 2026, que estabeleceu os reajustes das tarifas de uso do sistema de transmissão, o referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários da Companhia em 2024 e 2025; (5) CVA ativa referente ao Componente Financeiro previsto no submódulo 4.4 do PRORET, calculado conforme mercado futuro e os valores contemplados do reajuste tarifário de 2025; (6) CVA ativa, em função da REH nº 3.422/24, que estabelece, para o ano de 2025, as quotas de custeio e as de energia elétrica referentes ao Programa de Incentiva às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição, resultando em uma CVA a receber; (7) A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido um valor a maior entre os passivos, decorrente da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário; (8) CVA ativa referente ao Componente Financeiro estabelecido pela ANEEL no submódulo 4.4 do PRORET, como previsão para cobertura dos riscos hidrológicos associados às usinas comprometidas com contratos de Cotas de Garantia Física (CGF), à usina de Itaipu e às usinas hidrelétricas; (9) Constituição passiva referente a Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos, conforme Submódulo 2.1 do PRORET; (10) Neutralidade da reversão de recurso oriundo da Conta de Comercialização de Itaipu como referido no reajuste tarifário de 27 de agosto de 2022, de acordo com Artigo 16 do Decreto nº 11.027/2022, que havia sido realizada pela concessionária no reajuste 2024; (11) Referente ao aporte à CDE realizado pela Eletrobras com repasse às distribuidoras e destinado a modicidade tarifária, conforme a Lei nº 14.182/2021 e os Despachos ANEEL nº 1.239/2024 e nº 1.536/2025, e a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários de 2024 e 2025, sendo contabilizado pela Companhia o ativo de R\$ 24 em 31 de dezembro de 2025.

3.3. Outras receitas:

	2025	2024
Arrendamentos e aluguéis	178	183
Comissão serviços de terceiros	3	3
Renda da prestação de serviços	16	17
Serviço taxado	5	3
(-) Compensações regulatórias (1)	(4)	-
Outras receitas	4	5
202	212	

(1) Compensação regulatória, em decorrência da Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, que prevê a compensação em casos de atraso no atendimento das solicitações de serviços ou suspensão indevida.

3.4. Deduções de receita bruta:

	2025	2024
Tributos		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(1.959)	(1.952)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(1.033)	(961)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(1)	(1)
(2.993)	(2.914)	

Encargos setoriais

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(1.894)	(1.548)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(42)	(39)
Encargos do consumidor - PROINFA e CCRBT	(130)	(84)
Outros encargos (1)	(57)	(52)
(2.123)	(1.723)	
(5.116)	(4.637)	

(1) Consideram os seguintes encargos: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT; Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica - TFSEE.

3.5. Política contábil material e julgamentos críticos: a) **Política contábil material:** A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido ao cliente e pode ser mensurada de forma confiável, o que geralmente ocorre no momento da entrega do produto ou da prestação do serviço. A mensuração é realizada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, considerando estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou itens similares. A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada conforme o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia consumida pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A Companhia comercializa energia elétrica em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), cuja negociação é direta entre as partes por meio de contratos bilaterais, com preços e condições livremente pactuados; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), onde há comercialização para agentes distribuidoras, conforme regras regulatórias aplicáveis. A receita de disponibilidade da rede elétrica é mensurada pela contraprestação recebida dos clientes (livres e cativos) pelo uso do sistema e o valor da contraprestação tem como característica o vínculo com o ACR, sendo definido pelo Poder Concedente. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, geralmente refletindo o percentual de obra completada para o qual existe baixa probabilidade de reversão do valor devido pelo cliente, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executível ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo são reconhecidas no momento da transação, sendo o preço vinculado ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). b) **Estimativas e julgamentos críticos:** A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês, a energia injetada e o índice anularizado de perdas técnicas e de perdas não técnicas. A receita de construção de infraestrutura da concessão, considerando o modelo regulatório vigente, não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão. Dessa forma, a margem de obrigação de desempenho é zero (0%). Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (reajuste e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do *Energy Scoring Factor* (ESF) de acordo com as informações disponibilizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh (*)		R\$
	2025	2024	2025
Compra para revenda			
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado - ACR (1)	8.028	8.111	(1.981)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP (2)	-	-	(606)
Energia curto prazo - PLD e MRE (3)	-	20	322
Contratos por cota de garantia física (4)	1.818	2.212	(359)
Energia Itaipu (5)	2.282	2.347	(517)
Cotas das Usinas Angra 1 e Angra II	459	463	(143)
Energia MMGD (nota 17)	218	299	(46)
Outros	216	299	(14)
Subtotal	13.021	13.681	(3.781)
Créditos de PIS e COFINS	-	-	351
Total	13.021	13.681	(3.430)

Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão

Encargos de rede básica	(1.525)	(1.514)
Encargos de transporte	(79)	(86)
Encargos de conexão	(88)	(100)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (6)	31	(49)
Encargo de Energia de Reserva - EER (7)	(226)	(239)
Outros encargos	(42)	(42)
Subtotal	(1.946)	(2.030)
Créditos de PIS e COFINS	183	197
Total	(1.763)	(1.833)
	(5.193)	(4.947)

Total dos custos com energia elétrica

(*) Não audito.
 (1) Preço de Liquidação de Diferenças. MRE - Mecanismo de Realocação de Energia.
 (2) O aumento do custo de energia adquirida no ACR é decorrente do menor volume de cessão de MSCD EN (o mecanismo atua como redução de despesa), e dos reajustes das tarifas (R\$/MWh) dos geradores a partir de 19 de agosto de 2025; (2) A variação é decorrente do aumento do PLD médio do SE de 2025 (223,43 R\$/MWh), comparado com o mesmo período de 2024 (127,86 R\$/MWh), impactando no risco hidrológico e custos com disponibilidade (condomínio virtual); (3) A variação é decorrente de ajustes financeiros de reconhecimentos de meses anteriores; (4) A redução é decorrente da descontinuação de Eletrobras, conforme PRT nº 544/GM/ME, de 30 de agosto de 2021, além disto teve redução o Fator de Cotas de 2025 (REH nº 3.150, de 09 de dezembro de 2022) em relação a 2024; (5) Redução da demanda (DSP nº 836, de 19 de dezembro de 2024) e da Tarifa USS/AW (DSP nº 3.625/2024, de 17 de dezembro de 2024); (6) Redução do custo com ESS Brasil devido as contabilizações dos meses de março e abril/2025, em que a CCEE apontou a existência de um excedente financeiro no setor elétrico. Esse saldo positivo foi gerado, principalmente, pela diferença do PLD entre os submercados, o que possibilitou o ativo financeiro para os agentes com perfil consumo (distribuidoras). O excedente contribuiu para mitigar despesas financeiras negativas e encargos nos referidos meses. Além disso, permitiu a cobertura integral do ativo retroativo. O valor total do crédito referente a esse ativo foi de aproximadamente R\$ 1.483 distribuído proporcionalmente entre os agentes com base no consumo de cada um; e (7) Redução no custo de Encargo de Energia de Reserva em função do aumento do PLD em 2025, se comparado a 2024.

5. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2025	2024
Pessoal	(180)	(168)
Material	(497)	(500)
Serviços de terceiros	(245)	(222)
Juros sobre obras em andamento	(14)	(13)
Outros	(247)	(113)
Obrigações especiais	83	-
Total	(1.100)	(1.016)

6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	2025	2024
Custos de operação		
Despesas (despesas) gerais	(19)	(143)
Outras receitas e administrativas	(4)	(4)
Total	(105)	(147)
Depreciação e amortização (nota 6.3)	(375)	(71)
Provisão para processos judiciais	-	(23)
Impostos, taxas e contribuições	(2)	(10)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.4)	(83)	(8)
Total	(915)	(347)

	2025	2024
Custos de operação		
Despesas (despesas) gerais	(12)	(112)
Outras receitas e administrativas	(4)	(4)
Total	(103)	(116)
Depreciação e amortização (nota 6.3)	(339)	(75)
Provisão para processos judiciais	-	(34)
Impostos, taxas e contribuições	-	(10)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.4)	(83)	(1)
Total	(863)	(301)

6.1 Pessoal e benefícios a empregados:

	2025	2024
Remunerações	(296)	(259)
Encargos sociais	(107)	(95)
Cóxido assistencial	(75)	(70)
Convênio assistencial e outros benefícios (1)	(40)	(36)
Rescisões	(13)	(9)
Provisão para férias e 13º salário	(69)	(62)
Plano de saúde	(57)	(56)
Participação nos resultados	(56)	(65)
(-) Transferências para ordens (2)	205	195
Outros	(4)	(5)
Total	(512)	(462)

(1) Inclui benefícios pós-emprego e outros benefícios; (2) Transferência do custo de mão de obra própria para projetos.

6.2 Serviços de terceiros:

	2025	2024
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	(9)	(9)
Agente arrecadador e credenciado	(9)	(16)
Corte, ligação e religação	(19)	(19)
Atendimento e teleatendimento	(44)	(54)
Serviços técnicos e manutenções	(8)	(3)
Podá de árvore e limpeza faixa	(22)	(22)
Cobrança adm. e negativalção	(8)	(9)
Tecnologia da informação	(44)	(42)
Serviços jurídicos	(9)	(1)
Consultoria e auditoria	(1)	(9)
Comunicação	(21)	(20)
Encerramento de ordem - Custo serviço prestado	(9)	(9)
Vigilância	(12)	(14)
Outros serviços	(29)	(10)
Total	(244)	(237)

6.3 Depreciação e amortização:

	2025	2024
Quota de depreciação e amortização	(432)	(391)
Baixa do valor residual de ativos intangíveis	(19)	(2)
Subtotal	(451)	(393)
Crédito PIS/COFINS	5	5
Total	(446)	(388)

6.4 Outras receitas e despesas, líquidas:

	2025	2024
Seguros	(4)	(4)
Doações e contribuições	(1)	(1)
Recuperação de despesa	14	8
Órgãos de classe do Setor Elétrico	(3)	(1)
Despesas de viagem	-	(11)
Consumo próprio de energia elétrica	(9)	(9)
Propaganda e publicidade	(6)	(9)
Alimentação	(10)	(9)
Multa por inadimplência/ contratual	65	70
Perdas / alienação / desativação	(24)	(28)
Indenização danos elétricos	(9)	(8)
Material	(76)	(70)
Arrendamento e Aluguéis	1	(2)
Custas processuais	(7)	(6)
Outros	(16)	(18)
Total	(75)	(89)

7. RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	81	96
(-) Tributos sobre receita financeira	(14)	(14)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	(83)	87
Atualização de depósitos judiciais	1	1
Atualização do ativo financeiro setorial	6	-
Outras receitas financeiras	1	9
158	179	
Despesas Financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida (2)	(917)	(658)
Benefícios pós emprego e outros benefícios	(7)	(9)
Atualização do passivo financeiro setorial (1)	(32)	(30)
Atualização de provisões para processos judiciais	(27)	(22)
IOF	(1)	-
Outras despesas financeiras	(130)	(110)
(1.114)	(829)	

Outros resultados financeiros, líquidos

Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (3)	(106)	(324)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (3)	228	81
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b)) (3)	(324)	(164)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b)) (3)	135	358
Perdas com variações cambiais e monetárias	(4)	(2)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	38	2
(33)	(49)	
(989)	(699)	

Resultado financeiro, líquido

(1) Refere-se, principalmente, a remuneração dos itens da CVA de ENERGIA e CVA de ESS, com base nos saldos homologados pela ANEEL nos processos tarifários de 2023 e 2024; (2) Inclui os encargos incorridos sobre as operações de empréstimos, financiamentos e debêntures e foi impactada pelo aumento do volume da dívida; e (3) Redução cambial em comparação aos doze meses do ano passado, período que houve aumento cambial, gerando receita nas variações cambiais dos empréstimos e financiamentos, e consequentemente despesa nos derivativos.

8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES

8.1 Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo imposto de Renda (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%). **8.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2025	2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	1.282	1.325
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(436)	(451)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	38	34
Multas indevidas	(2)	9
Atualização SELIC débitos tributários	52	-
Outras adições (reversões) permanentes	14	(2)
Tributos sobre o lucro	(324)	(410)
Alíquota efetiva	25,27%	30,94%
Diferido	(155)	(111)

8.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos: Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais, se houver, e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Mais-valia e Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMPL)

	2025	2024
Diferenças temporárias:	122	168
Obrigações com benefícios correntes e pós-emprego	27	27
Provisão para processos judiciais	51	54
Perdas de créditos esperadas - contas a receber	89	90
Arrendamentos capitalizados	3	3
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	23	27
Valor justo de ativos financeiros indenizáveis	(667)	(567)
Outros	(1)	8
(340)	(182)	

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo	Passivo
Efeitos reconhecidos no resultado	(48)	(107)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(3)	(3)
Transferências entre ativos e passivos	51	(51)
Saldo em 31 de dezembro de 202		

ELEKTRO REDES S.A.

ou quando um plano é reduzido, a alteração resultante no benefício que se relaciona com o serviço passado ou o ganho ou perda relacionado com um corte é imediatamente reconhecida nos resultados. Os ganhos ou perdas nas liquidações de planos de benefícios definidos são reconhecidos quando a liquidação ocorre. Os impactos gerados por mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido, dentro de "Outros resultados abrangentes". Estes efeitos serão reclassificados para o lucro acumulado ou reservas de lucros, quando da extinção ou liquidação do benefício do plano que lhe deram origem. As contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado do exercício a que as contribuições se referem. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** O valor presente das obrigações de pensão é baseado em cálculos atuariais que usam várias premissas. Quaisquer mudanças nessas premissas impactarão o valor das obrigações de pensão. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e os valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são registrados nas obrigações com os planos de pensão. A Companhia, em conjunto com os atuários externos e internos, revisa no final de cada exercício, as premissas que serão utilizadas para o exercício seguinte.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital social: O capital social está representado por ações ordinárias (ON) e preferenciais (PN), todas sem valor nominal. O Conselho de Administração estabelecerá as condições de emissão de ações da Companhia, inclusive preço e prazo de integralização, até o limite do capital autorizado. O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 2.000 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 952 (R\$ 952 em 31 de dezembro de 2024). A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte (por unidade de ações):

Acionistas/ Qtd.e. Ações vs R\$	Ordinárias	R\$	Prof. A	R\$	Ações	Total
Neoenergia S.A.	91.855.825	451	101.279.596	498	193.135.421	949
Outros	25.147	-	598.697	3	623.844	3
Total	91.880.972	451	101.878.293	501	193.759.265	952

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não possuem direito de voto, ficando assegurada prioridade na distribuição de dividendos, no caso de existir lucro a distribuir, que serão no mínimo 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. **19.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas:** a) **Lucro por ação:** Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2025	2024
Lucro básico e diluído por ação:		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	432	412
Lucro disponível aos acionistas preferenciais A	526	503
Total	958	915

Em unidades de ações
Média ponderada de número de ações em circulação - ações ordinárias 91.880.972 91.880.972
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais A 101.878.293 101.878.293
Total 193.759.265 193.759.265

Lucro básico e diluído por ação
Ação ordinária (R\$) 4,70 4,49
Ação preferencial A (R\$) 5,17 4,94

b) Remuneração aos acionistas: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio (JCP), baseado nos limites definidos em lei e no Estatuto Social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas foi calculada da seguinte forma:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	958	915
Lucro líquido ajustado	958	915
Reserva de retenção de lucros	-	-
Remuneração a distribuir	958	915

Remuneração
Mínima obrigatória (25% do lucro líquido ajustado) 240 229
Remunerações intermediárias 522 510
Dividendos adicionais propostos 196 176
Total 958 915

Natureza da remuneração
Dividendos 847 814
JCP 111 101
Total 958 915

Remuneração total por ação
4,94 4,72

A Administração propôs ao Conselho de Administração a destinação referente ao exercício de 2025 no montante bruto de R\$ 958, dos quais R\$ 196 ainda dependem de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2025, este montante permanece reconhecido no patrimônio líquido da Companhia, como dividendos adicionais propostos referentes a destinação do lucro de 2025. O Conselho de Administração propôs aos acionistas a destinação referente ao exercício de 2024, aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em abril de 2025, no montante de R\$ 176, na forma de dividendos adicionais propostos, pagos em maio de 2025. O Conselho de Administração aprovou, em 27 de março de 2025, a título de remuneração antecipada do exercício de 2025, a remuneração aos acionistas no montante de R\$ 22 (R\$ 22 menos R\$ 4 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio, pagos em maio de 2025. O Conselho de Administração aprovou, em 11 de abril de 2025, a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 176, pagos em maio de 2025. O Conselho de Administração aprovou, em 27 de junho de 2025, a título de remuneração antecipada do exercício de 2025, a remuneração aos acionistas no montante de R\$ 26 (R\$ 30 menos R\$ 4 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio, a ser pago até 31 de dezembro de 2025. O Conselho de Administração aprovou, em 18 de julho de 2025, a título de remuneração antecipada do exercício de 2025, a remuneração aos acionistas, no montante de R\$ 484, na forma Dividendos Intermediários, pago em dezembro de 2025. O Conselho de Administração aprovou, em 29 de setembro de 2025, a título de remuneração antecipada do exercício de 2025, a remuneração aos acionistas no montante de R\$ 176, pagos em maio de 2025. O Conselho de Administração aprovou, em 27 de junho de 2025, a título de remuneração antecipada do exercício de 2025, a remuneração aos acionistas no montante de R\$ 26 (R\$ 30 menos R\$ 4 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio, em 24 de outubro de 2025, a título de remuneração antecipada do exercício de 2025, a remuneração aos acionistas, no montante de R\$ 167, na forma dividendos intermediários, pago em novembro de 2025. O Conselho de Administração aprovou, em 19 de dezembro de 2025, a distribuição de juros sobre capital próprio, com data base em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$ 23 (R\$ 27 menos R\$ 4 de imposto de renda), a serem pagos até 31 de dezembro de 2026, sem atualização monetária. Os valores deliberados aos acionistas, por natureza de remuneração, estão apresentados como segue:

	Valor	Valor por ação
Deliberação		
RCA de 27 de março de 2025	Juros sobre capital próprio 26 0,1269692	0,136661
RCA de 27 de junho de 2025	Juros sobre capital próprio 30 0,1470676	0,1617743
RCA de 18 de julho de 2025	Dividendos intermediários 484 2,3728409	2,6101250
AGOE de 29 de setembro de 2025	Juros sobre capital próprio 29 0,1405904	0,1546494
RCA de 24 de outubro de 2025	Dividendos intermediários 167 0,8183304	0,9027433
RCA de 24 de outubro de 2025	Juros sobre capital próprio 27 0,1309850	0,1440834
Total	763	4,72

20.3 Principais transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas nos itens 20.1 e 20.2 referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Valor	Valor por ação
d	Neoenergia Distribuição de Brasília	Compartilhamento de pessoal	-	-
d	Neoenergia Pernambuco	Compartilhamento de pessoal	-	-
a	Csu Azul	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	30 anos 2042
d	Neoenergia Coelba	Compartilhamento de pessoal	-	-
a	Neoserv	Bônus solar	IPCA	5 anos 2025
a	Energética Águas da Pedra S.A. (EAPSA)	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	30 anos 2040

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Valor	Valor por ação
c	Neoenergia S.A.	Contrato de FEE por Aval	N/A	4 anos 2026
e	Neoenergia S.A.	Pagamento de Dividendos e JCP	N/A	N/A Indeterminado

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Valor	Valor por ação
a	Norte Energia	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	30 anos 2044
b	Funcsep	Previdência Privada	N/A	N/A Indeterminado
a	Neoenergia Japão Transmissão de Energia S.A.	Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST	IGPM	20 anos 2028

20.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave): A remuneração da Administração reconhecida no resultado do exercício pelo regime de competência é como segue:

	2025	2024
Salários e benefícios recorrentes	3	3
Outros benefícios de curto prazo	1	1
Benefícios de longo prazo	-	-
Total	4	4

Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

21. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2025	2024
	CA VJORA	VJR
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	222	159
Títulos e valores mobiliários	-	10
Contas a receber de clientes e outros	2.878	2.552
Instrumentos financeiros derivativos	-	71
Ativos financeiro setorial (Parcela A e outros)	123	-
Concessão do serviço público - ativo financeiro	-	7.438
Outros ativos	74	-
Total	3.302	7.678

Passivos financeiros
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros e operações de desconto de títulos 863 - - 814 -
Empréstimos e financiamentos 7.412 - - 835 6.968 - 299
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros) 261 - - 625 -
Instrumentos financeiros derivativos 63 53 - 2 - 7 -
Passivo de arrendamento 63 - - 50 -
Outros passivos 113 - - 130 -
Total 8.712 53 837 8.587 7 304

CA – Custo Amortizado
VJORA – Valor Justo por meio dos Outros Resultados Abrangentes
VJR – Valor Justo por meio do Resultado

21.2 Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor justo de participações do mercado para planos de contribuição definida ou ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com o valor a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 21.8 (análise de sensibilidade).

21.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (VJR ou VJORA): O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo está demonstrado como segue:

	2025	2024
	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	159	159
Títulos e valores mobiliários	10	10
Contas a receber de clientes e outros	2.878	2.552
Instrumentos financeiros derivativos	-	71
Ativos financeiro setorial (Parcela A e outros)	123	-
Concessão do serviço público - ativo financeiro	-	7.438
Outros ativos	74	-
Total	3.302	7.678
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	835	835
Instrumentos financeiros derivativos	55	55
Outros passivos	722	722
Total	890	890

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao exercício de 2025 e 2024, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, foram nos montantes de R\$ 297 e R\$ 277, respectivamente. As demais movimentações para esses ativos e passivos se encontram divulgados na nota 12.1. **21.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (CA):** Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

Deliberação	Natureza de remuneração deliberado	Valor	Valor por ação
2024			
RCA de 20 de março de 2024	Juros sobre capital próprio	38 0,1852000	0,2037200
AGOE de 12 de abril de 2024	Dividendos - 2023	419 2,0557559	2,2613315
	Dividendos relativos à reserva de lucros de capital próprio anteriores	-	-
AGOE de 12 de abril de 2024	Dividendos a partir da reserva de lucros de exercícios anteriores	500 2,4516162	2,6967776
RCA de 24 de abril de 2024	Juros sobre capital próprio anteriores	270 1,3257141	1,4582855
RCA de 20 de junho de 2024	Juros sobre capital próprio	23 0,1110925	0,1222018
RCA de 22 de julho de 2024	Dividendos intermediários	430 2,1083589	2,3192289
AGOE de 25 de setembro de 2024	Juros sobre capital próprio anteriores	19 0,0920212	0,1026777
RCA de 21 de outubro de 2024	Dividendos intermediários	209 1,0247756	1,1272531
RCA de 18 de dezembro de 2024	Juros sobre capital próprio	21 0,1024285	0,1126714
Total		1.929	

A remuneração a pagar aos acionistas está apresentada como segue:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	18	77
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados do exercício	148	740
Declarados de exercícios anteriores	148	1.189
Imposto de Renda Retido na Fonte	(17)	(15)
Pagos no exercício	(916)	(1.973)
Saldo final do exercício	23	18

19.3 Outros resultados abrangentes: A Companhia reconhece, em 31 de dezembro de 2025, em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de: (i) obrigações atuariais de benefícios a empregados no montante de R\$ (1) (R\$ 33 em 31 de dezembro de 2024); e (ii) valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de hedge accounting de fluxo de caixa no montante de R\$ (5) (R\$ 31 de dezembro de 2024). **19.4 Reserva de Capital:** a) **Reserva especial de ágio:** Reserva no montante de R\$ 690 gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação. b) **Remuneração de incentivo fiscal:** Reserva no montante de R\$ 2 em 31 de dezembro de 2025 e 2024. c) **Outras reservas de capital:** Reserva no montante de R\$ 74 em 31 de dezembro de 2025 e 2024. **19.5 Reservas de Lucros:** a) **Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício baseada no artigo 182, § 1º da Lei nº 6.404/1976, considerando que a reserva legal somada à reserva de capital, excede o limite de 30% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. O saldo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 171. b) **Reserva de retenção de lucro:** Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuído até o limite máximo do capital social ou proposta de aumento de capital da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 0. **19.6 Política contábil material:** O capital social representa valores recebidos dos acionistas e, também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais. As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como instrumentos financeiros e deixaram os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos e rendimentos diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital líquido de efeitos tributários. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração da Companhia. As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação de serviços de operação e manutenção; e (iv) contratos de serviços administrativos. As transações com os fundos de pensão responsáveis pela gestão dos benefícios de curto e longo prazo concedidos aos empregados da Companhia estão classificadas como "Acionistas e outros" nesta nota explicativa. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

	2025	2024
Subsidiárias da Neoenergia		
Controladora		
Acionistas e outros		
Total		
Ativo		
Outros ativos (c)/(d)	25	25
Passivo		
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros (a)	7	28
Benefícios a empregados	-	2
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (e)	6	23
Outros passivos (d)	(1)	(1)
Total	6	30

	2024	2024
Subsidiárias da Neoenergia		
Controladora		
Acionistas e outros		
Total		
Ativo		
Outros ativos (c)/(d)	33	33
Passivo		
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros (a)	7	24
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	18
Outros passivos (d)	(2)	(2)
Total	5	18

20.2 Transações com partes relacionadas

	2025	2024
Subsidiárias da Neoenergia		
Controladora		
Acionistas e outros		
Total		
Resultado do exercício		
Reculta operacional líquida (a)	3	-
Custos dos serviços (a)	(58)	(220)
Despesas gerais e administrativas (b)/(d)	18	(1)
Resultado financeiro líquido (c)	-	(69)
Total	(37)	(70)

	2024	2024
Subsidiárias da Neoenergia		
Controladora		
Acionistas e outros		
Total		
Resultado do exercício		
Reculta operacional líquida (a)	3	-
Custos dos serviços (a)	(56)	(210)
Despesas gerais e administrativas (b)/(d)	17	(3)
Resultado financeiro líquido (c)	-	(62)
Total	(36)	(65)

	2025	2024
Índice de correção / remuneração contratual		
Prazo		
Vencimento		
Ativo / Resultado (Passivo) do exercício		
Ativo / Resultado (Passivo) do exercício		
a	-	2
b	-	2
c	-	(1)
d	1	11
e	-	(1)
f	(3)	(21)

	2025	2024
Índice de correção / remuneração contratual		
Prazo		
Vencimento		
Ativo / Resultado (Passivo) do exercício		
Ativo / Resultado (Passivo) do exercício		
a	-	2
b	-	2
c	-	(1)
d	1	11
e	-	(1)
f	(3)	(21)

	2025	2024
Índice de correção / remuneração contratual		
Prazo		
Vencimento		

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Elektro Redes S.A., Campinas - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Elektro Redes S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Elektro Redes S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia é oriunda, principalmente, do fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica, reconhecidos quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensurados de forma confiável, o que geralmente ocorre no ato da entrega da energia e/ou quando o serviço é prestado. As receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica são mensuradas de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e as tarifas vigentes. O processo ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao consumidor, relacionada ao fornecimento de energia elétrica e à disponibilidade da rede elétrica, calculada em base estimada, até a data do balanço, utilizando determinadas premissas definidas pela Companhia. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos valores, bem como pelo uso intensivo de sistemas automatizados para processar e registrar a receita de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica. Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento das receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica incluíram, dentre outros: (a) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento das receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica; (b) avaliação do desenho e implementação e teste de efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados ao reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica; (c) envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados para o reconhecimento das receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica; (d) procedimentos analíticos que compreendem análises da correlação de variáveis sobre a ocorrência, a integridade e a exatidão das receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica reconhecidas pela Companhia, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (e) teste de transações sobre população com características de interesse relevante para fins de auditoria na receita, em base amostral, comparando os valores reconhecidos com os documentos suporte; (f) avaliação se as premissas utilizadas no cálculo da receita não faturada de fornecimento de energia e de disponibilidade da rede elétrica foram aplicadas de forma apropriada e estão consistentes, especificamente ao volume de energia não faturado, incluindo uma análise independente; e (g) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Infraestrutura de distribuição de energia**

elétrica: Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3, nº 12 e nº 13 às demonstrações financeiras, os investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são registrados como ativo contratual durante a fase de construção, seguindo o pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e, quando da entrada em operação, os valores são bifurcados, conforme interpretação técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, entre ativo financeiro, relativo à parcela da infraestrutura que não será amortizada até o final da concessão e para a qual há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e ativo intangível, correspondente à parcela da infraestrutura que será recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão. Em virtude da complexidade dos conceitos envolvidos na aplicação dessas normas, do julgamento inerente ao processo de mensuração e dos montantes envolvidos, os quais fazem parte do critério utilizado pelo poder concedente para a determinação das tarifas de energia elétrica, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (a) a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes relacionados à mensuração e registro dos ativos de infraestrutura da distribuição; (b) o exame, em base amostral, dos documentos comprobatórios das adições ocorridas no exercício; (c) o exame, em base amostral, do status das obras em andamento e avaliação dos prazos para unitização, bem como a sua recuperabilidade; (d) o desenvolvimento de expectativa independente utilizando índices obtidos de forma independente para a mensuração do valor justo do ativo financeiro da concessão, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (e) o desenvolvimento de expectativa independente sobre o saldo de amortização dos ativos intangíveis da concessão considerando as taxas de amortização aplicáveis; (f) o exame, em base amostral, da bifurcação do ativo contratual entre intangível e ativo financeiro da concessão; e (g) a avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências nos controles internos relacionadas ao processo de acompanhamento e monitoramento das obras em andamento. Em razão disso, planejamos nossos procedimentos substantivos alterando sua natureza e sua extensão para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto ao saldo do ativo contratual da Companhia. Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o julgamento inerente ao processo de mensuração e os saldos relacionados à infraestrutura de distribuição de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da

capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2026.

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Jônatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

